

# Diário do Legislativo de 18/05/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

1 - LEI

2 - ATAS

2.1 - 357ª Reunião Ordinária

2.2 - 354ª Reunião Ordinária Interrompida

2.3 - 355ª Reunião Ordinária Interrompida

2.4 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

## LEI

Lei Complementar Nº 64, de 25 de março de 2002.

Institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Dispositivo da Proposição de Lei Complementar n.º 70, que se converteu na Lei Complementar n.º 64, de 25 de março de 2002, vetado pelo Senhor Governador do Estado e mantido pela Assembléia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo o seguinte dispositivo da Proposição de Lei Complementar n.º 70:

Art. 75 – (...)

.....

§ 1º – Os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a 70% (setenta por cento) do valor máximo que o servidor poderia vir a obter de acordo com o "caput" deste artigo, acrescido de 5% (cinco por cento) por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso II deste artigo, até o limite de 100% (cem por cento).

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 17 de maio de 2002.

Antônio Júlio - Presidente,

Deputado Mauri Torres - 1º-Secretário

Deputado Wanderley Ávila - 2º-Secretário

## ATAS

### ATA DA 357ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 16/5/2002

Presidência dos Deputados Eduardo Hermeto e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 296/2002 (encaminha o Projeto de Lei nº 2.176/2002), do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 3.346 a 3.352/2002 - Requerimentos dos Deputados Jorge Eduardo de Oliveira e outros e Arlen Santiago - Comunicações: Comunicações da Comissão de Educação e dos Deputados Bilac Pinto, Dimas Rodrigues e Elaine Matozinhos - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Viana, Luiz Tadeu Leite e Sargento Rodrigues - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Palavras do Sr. Presidente - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Jorge Eduardo de Oliveira e outros e Arlen Santiago; deferimento - Requerimento do Deputado Ermano Batista; deferimento; discurso do Deputado Ermano Batista - Requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves; deferimento; discurso do Deputado Marcelo Gonçalves - 2ª Fase: Questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Genaro - Bené Guedes - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Eduardo Hermeto) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Marco Régis, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 296/2002\*

Belo Horizonte, 15 de maio de 2002.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2003, em cumprimento ao disposto nos artigos 153, inciso II, e 155 da Constituição do Estado, e no artigo 68, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O projeto de lei objetiva estabelecer normas para a elaboração do orçamento estadual e contém as diretrizes gerais da administração pública estadual, diretrizes gerais para o orçamento, disposições sobre alterações da legislação tributária e tributário-administrativa, política de aplicação da agência financeira oficial e disposição sobre a administração da dívida e as operações de crédito.

Conforme determina o artigo 4º, parágrafo primeiro, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 maio de 2000, integrando o presente projeto de lei, encaminho o anexo de metas fiscais referente ao período de 2003-2005, em que fica demonstrado, de um lado, o empenho do Governo em adequar as despesas à sua real capacidade de arrecadação e, de outro, a necessidade de serem introduzidas profundas alterações no quadro macroeconômico nacional, de sorte a possibilitar o cumprimento, pelas diversas instâncias governamentais, das suas responsabilidades nos campos da saúde, educação, segurança, fomento à produção e à pesquisa, investimentos em setores estratégicos e tantos outros indispensáveis ao progresso e ao bem-estar da população.

Com efeito, as opções fundamentais de política econômica adotadas no plano federal estiveram voltadas, ao longo dos últimos anos, única e exclusivamente para o atendimento do serviço da dívida interna e externa, tendo sido sistematicamente desprezadas as demandas vinculadas ao crescimento da economia, bem como as exigências para o atendimento da ampliação do mercado consumidor, a geração de empregos e a indispensável superação dos graves desequilíbrios regionais e sociais, notadamente no particular da iníqua concentração de renda e riqueza hoje existente e que tende a agravar-se caso políticas apropriadas não venham a ser adotadas.

O modelo imposto à Nação não só fragilizou a nossa capacidade de decidir soberanamente sobre os rumos e o futuro do País, mas também, particularmente, aniquilou a autonomia dos Estados membros da Federação, eliminando a capacidade de os governos regionais e locais atuarem nas suas respectivas áreas de competência.

A inércia na formulação de uma nova política tributária após a consolidação da estabilidade monetária, adequando o potencial impositivo às responsabilidades efetivas dos diversos níveis de governo, aliada ao fato de, na prática, só ser dada à União a possibilidade de aumentar a própria arrecadação, ensejou o desencadeamento de uma generalizada guerra fiscal em que todos perdem, pois os erários ficam à mercê de crescentes exigências de renúncias fiscais e créditos subsidiados que não podem atender.

A realidade estrutural das contas públicas recebidas em 1999 demonstra a falência de um modelo que estancou o processo de desenvolvimento, dilapidou o patrimônio público afetado a áreas estratégicas e restringiu como nunca a autonomia dos entes federados, debilitando as suas finanças.

Nos quatro anos de administração do governo anterior, conforme demonstrado nos balanços publicados no "Minas Gerais" e Relatórios do SIAFI, o Estado apresentou sucessivos déficits primários: R\$1.142,6 milhões em 1995, R\$851,4 milhões em 1996, R\$990,5 milhões em 1997, R\$1.124,9 milhões em 1998, não obstante as privatizações efetuadas através da venda dos bancos CREDIREAL e BEMGE e de 33% das ações de controle do Estado na CEMIG. Em contraposição, nos anos de 1999, 2000 e 2001, o Estado apresentou superávites primários de R\$986,6 milhões, R\$1,2 bilhão e R\$258,8 milhões, respectivamente.

A negociação da dívida do Estado com a União conduzida pelo governo passado, bem como o déficit primário acumulado da gestão anterior, gerou um engessamento das finanças públicas do Estado.

Em 2/1/99, o Estado era devedor de R\$18.651 milhões à União, em decorrência do contrato feito pelo governo anterior. Desta data até hoje, o Estado já pagou um total de R\$4.693 milhões e ainda detém um passivo de R\$28.756 milhões, proveniente do acordo feito e seu impacto sobre as contas públicas estaduais. Apesar dessa situação, o Estado honrou todos os seus compromissos com a União, inclusive os relativos a operações internacionais, que, nos meses de abril e outubro, eleva para cerca de R\$200 milhões o desembolso estadual.

O Estado buscou equacionar seu débito junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado, bem como desarmou definitivamente a "bomba-relógio" dos seguidos e crescentes déficits previdenciários, através da Lei de Reforma da Previdência.

É importante observar que, neste período de três anos, o Estado não realizou nenhuma operação de crédito com a União, não aumentou alíquotas de impostos, pelo contrário, reduziu o ICMS em diversos setores da economia - laticínios, móveis e têxteis, entre outros - e conseguiu honrar todos os compromissos assumidos por gestões passadas.

Pelo exposto, mesmo com todos os esforços despendidos, vislumbra-se uma estrutura financeira de dificuldades para os próximos exercícios, fruto da política monetária do governo federal, que potencializa em escala geométrica as despesas de juros.

Malgrado o esforço do atual Governo, como demonstrado, o engessamento da capacidade financeira do Estado se impôs pela força dos compromissos antes assumidos e que determinaram o norte dos dispêndios, mormente aqueles concernentes à dívida havida com a União. Ressalte-se que ela não foi objeto de amortização pelo Governo que nos antecedeu, que se beneficiou do período de carência acordado, cumprindo-nos arcar integralmente com os ônus decorrentes do anteriormente pactuado.

As despesas com pessoal, nas quais se incluem aquelas que são dívidas da sociedade com os aposentados (totalizando mais de quarenta por cento dos gastos feitos sob esta rubrica), com os cidadãos que precisam de cuidados com a saúde, com a educação e com a segurança, entre outros pontos fundamentais das demandas públicas, não deixaram de ser honradas, nem poderiam deixar de sê-lo. E elas alcançam valores de monta, que se fazem tão pesadas quanto impossíveis de serem afastadas, sob pena de se penalizar o ser humano mais carente, aquele que a sociedade mais precisa proteger e que mais legítima o modelo de sociedade justa que se pretende acolher.

Também não se abstém o projeto de lei de apresentar dispositivos que asseguram transparência ao gasto público, permitindo à sociedade acesso às informações, inclusive através da Internet. A moralidade pública sempre norteou os comportamentos que busquei adotar e impor àqueles que me auxiliam no desempenho de funções no espaço público. Busquei demonstrar, também, aqui, em matéria fundamental como é a orçamentária, que a transparência é fator decisivo para permitir o controle do cidadão sobre o seu patrimônio.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima.

Atenciosamente,

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 2.176/2002\*

\* - O Projeto de Lei mencionado está publicado na edição do Diário do Legislativo do dia 18/5/2002.

OFÍCIOS

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário de Governo e Assuntos Municipais, encaminhando, em atenção a pedidos de diligência, documentação relativa aos Projetos de Lei nºs 1.529/2001, 2.057, 2.062, 2.074, 2.091 e 2.099/2002. (- Anexem-se os documentos aos respectivos projetos.)

Do Sr. Marco Antônio Marques de Oliveira, Secretário de Transportes e Obras Públicas, justificando sua ausência em reunião da Comissão de Fiscalização Financeira em 7/5/2002. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Vilmar Serafim de Brito, Presidente da Câmara Municipal de Frei Inocêncio, encaminhando, em vista da aprovação de requerimento do

Vereador Erotides Araújo de Oliveira Filho, abaixo-assinado de professores estaduais desse município e de Matias Lobato, em que solicitam reajuste salarial; e moção de protesto dos mesmos servidores contra o Sr. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação, por ter atribuído aos professores a má qualidade do ensino no Estado. (- À Comissão de Educação.)

Aos Srs. Adalto Antônio Gonçalves, José Cassimiro Magalhães e Telmo Braga, Presidentes das Câmaras Municipais de Patos de Minas, Santana do Paraíso e Muriaé, respectivamente, confirmando a adesão dessas Casas ao I Concurso Estadual de Sites sobre Turismo em Minas Gerais.

Do Sr. Cláudio César da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Matozinhos, encaminhando, em vista da aprovação de proposição da Vereadora Regina Coeli, moção de apoio ao Projeto de Lei nº 2.093/2002, do Deputado Edson Rezende, que extingue a taxa de licenciamento de veículos. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.093/2002.)

Do Sr. Paulo Tadeu Silva d'Arcádia, Prefeito Municipal de Poços de Caldas, encaminhando cópia da manifestação dirigida à INB - Indústrias Nucleares do Brasil S.A., referente a demissões. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Marilda Ribeiro Resende e outros, Vereadores à Câmara Municipal de Uberaba, apresentando moção de apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.093/2002. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.093/2002.)

Do Sr. Antônio Sérgio Tonet, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 3.164/2002, do Deputado Eduardo Brandão. (- Anexe-se ao Requerimento nº 3.164/2002.)

Do Sr. Ildeu José Gabriel de Andrade, Gerente da Caixa Econômica Federal, (2), informando a liberação de recursos destinados ao Estado e à COPASA-MG. (- Distribuídos à Comissão de Fiscalização Financeira.)

Dos Srs. Orlando Antunes de Oliveira e Francisco Eustáquio Rabello, Presidentes da ADEPOLC e do SINDEPO, respectivamente, reivindicando a inclusão dos policiais civis no projeto de lei do Governador do Estado no qual são oferecidas melhorias salariais aos policiais militares.

Do Sr. Fábio Persi, Diretor Regional da Cooperativa de Administração Rural do Estado de Minas Gerais, solicitando benefícios para a região da BR-451.

Do Sr. Fábio Persi, Diretor Regional da Cooperativa de Administração Rural do Estado de Minas Gerais, solicitando obras de asfaltamento na BR-451. (- À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Tereza dos Santos Silva, da Executiva da CUT em Minas Gerais, fazendo considerações a respeito dos trabalhos da CPI das Carvoarias, instalada nesta Casa. (- À CPI das Carvoarias.)

Da Sra. Carmen Sílvia Casadei Curi, encaminhando abaixo-assinado de professores e servidores de escolas estaduais pelo qual se reivindicam aumento de salário e plano de carreira. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Paulo Fernandes Cardoso, Presidente do Conselho Popular de Defesa dos Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade, localizado nesta Capital, formalizando protesto contra a PMMG por não ter essa corporação dado cobertura policial às festividades do Dia do Trabalho ocorridas no referido bairro. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Edevaldo Alves da Silva, Presidente da UNIFMU, encaminhando exemplar de suplemento especial do jornal "Folha de S. Paulo", o qual contém resumo de conferências proferidas sob os auspícios da UNIFMU e do Instituto Metropolitano de Altos Estudos, em São Paulo.

## 2ª Fase (Grande Expediente)

### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

### REQUERIMENTOS

Nº 3.346/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual São Marcos, no Município de Poço Fundo pelo transcurso de seu 50º aniversário. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.347/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Carvalhópolis pelo transcurso do 90º aniversário de sua emancipação.

Nº 3.348/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações à comunidade do Município de Cambuí, pelo transcurso do 110º aniversário de sua emancipação. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.349/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Fazenda com vistas a que sejam enviados a esta Casa os documentos que menciona.

Nº 3.350/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Saúde com vistas a que sejam enviados a esta Casa os documentos que menciona.

Nº 3.351/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que envie a esta Casa a documentação que menciona. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 3.352/2002, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Educação com vistas a que sejam tomadas as providências que menciona, relativas ao Movimento Estudantil Nacional Unificado.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Jorge Eduardo de Oliveira e outros e Arlen Santiago.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Educação e dos Deputados Bilac Pinto, Dimas Rodrigues e Elaine Matozinhos.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Viana, Luiz Tadeu Leite e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que se inicia amanhã, na Comissão de Fiscalização Financeira, o prazo de 10 dias para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 2.161/2002, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2000.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 3.352/2002, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Educação - aprovação, na 86ª Reunião, dos Projetos de Lei nºs 1.959/2002, do Deputado Bené Guedes, 2.019/2002, do Deputado Ivo José, 2.031/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 2.033/2002, do Deputado João Leite, 2.067/2002, do Deputado Djalma Diniz, 2.078 e 2.079/2002, do Deputado Antônio Andrade, e 2.088/2002, do Governador do Estado, e dos Requerimentos nºs 3.280/2002, do Deputado Doutor Viana, 3.296/2002, do Deputado Arlen Santiago, e 3.330, 3.334 e 3.337/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (Ciente. Publique-se.).

#### Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira e outros, em que solicitam a realização de uma reunião especial para homenagear a Universidade José do Rosário Vellano -UNIFENAS - pela passagem de seus 30 anos de fundação. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno e oportunamente fixará a data.

Requerimento do Deputado Arlen Santiago, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 739/99, de sua autoria, que aguarda parecer em comissão. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquite-se o projeto.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Ermano Batista, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Ermano Batista.

- O Deputado Ermano Batista profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 min. Com a palavra o Deputado Marcelo Gonçalves.

- O Deputado Marcelo Gonçalves profere discurso, que será publicado em outra edição.

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

#### Questão de Ordem

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião por falta de número regimental.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Marcelo Gonçalves) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 9 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 20, às 8h30min, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 354ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 9/5/2002

#### Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Elaine Matozinhos - Palavras do Secretário Márcio Barroso Domingues - Entrega de placa.

#### Composição da Mesa

O Sr. Locutor (José Soares Júnior) - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Márcio Barroso Domingues, Secretário da Segurança Pública, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Weber Americano, Delegado-Geral de Polícia, representando o Vice-Governador Newton Cardoso; José Antônio de Moraes, Secretário Adjunto da Segurança Pública; Ten.-Cel. PM Dâmocles Freire Júnior, representando o Comandante-Geral da PMMG Cel. Álvaro Antônio Nicolau; e Deputada Elaine Matozinhos, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O Sr. Locutor - Gostaríamos também de registrar a presença, como extensão desta Mesa, dos membros componentes do Conselho Superior da Polícia Civil: Sr. Sérgio Francisco de Freitas, Corregedor-Geral de Polícia; Sr. Edvaldo Raimundo Bicalho Brandão, Coordenador-Geral de Segurança; Jaci de Abreu, Superintendente-Geral da Polícia Civil; Sr. João Lopes, Diretor-Geral da Academia de Polícia Civil; Sr. Jairo Léllis Filho, Superintendente de Planejamento e Coordenação; Sr. Oto Teixeira Filho, Diretor-Geral do DETRAN; Dra. Ivete Melo Brauna, Superintendente Administrativa; e Fidelcínio Pedrosa Filho, Delegado Assistente. Em nome desses, gostaríamos também de saudar e agradecer a presença dos demais Delegados e integrantes da Polícia Civil.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear a Polícia Civil pela passagem do Dia do Policial Civil, que será amanhã, dia 10.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Márcio Barroso Domingues, Weber Americano, José Antônio de Moraes, Ten.-Cel. Dâmocles Freire Júnior, Deputada Elaine Matozinhos, colegas Deputados; Delegados e Delegadas, a quem saúdo na pessoa de meu amigo, Delegado José Nonato; senhoras e senhores, esta Presidência tem a satisfação de dar início à reunião especial em que, por requerimento da nobre Deputada Elaine Matozinhos e outros parlamentares, a Assembléia Legislativa homenageia os policiais civis pelo transcurso de seu dia, cuja comemoração foi fixada, pela Lei nº 12.533, de 1991, para o dia 10 de maio.

É preciso dizer que esta data faz parte da própria história do Brasil e relembra o alvará firmado, nesse mesmo dia, em 1808, pelo então Príncipe Regente, D. José Fernando de Portugal, que criou a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Estamos saudando hoje, portanto, nesta reunião, os 194 anos de existência da organização institucional da Polícia Civil em nosso País.

Desse modo, a origem dessa corporação coincide com a vinda de D. João VI e da Corte Portuguesa para o Brasil, pois o ato do Príncipe Regente instituiu, a um só tempo, a polícia da Capital Federal e a polícia do País, sob ordenação civil.

Uma história construída ao longo de quase dois séculos merece o reconhecimento, de dever e de justiça, da sociedade brasileira. Vale lembrar que, no tempo do Brasil-Colônia, os Governadores-Gerais concentravam em suas mãos os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e, conseqüentemente, pleno poder de polícia.

No estado democrático, a polícia, longe de ser o chamado braço armado do Estado ou mesmo um órgão voltado para a repressão das liberdades públicas, é, na verdade, a instituição que tem o poder e o dever de agir na manutenção da ordem pública e da segurança de toda a coletividade. Em termos concretos, é um órgão protetor da sociedade, um ente do poder público destinado a garantir o próprio exercício da ordem constitucional dentro da concepção democrática de organização social.

Tanto é assim que a origem de seu nome provém do grego "pólis", significando cidade, mesma etimologia de cidadania, e está presente também na raiz da palavra política, porque, naquela época, a autoridade política respondia diretamente pela segurança da comunidade.

Em Minas Gerais, temos uma Polícia Civil cuja história e formação precisam ser cada vez mais conhecidas por nossa sociedade. O alto nível profissional de seus membros vem desde a criação da antiga escola de polícia, em 1926, embrião da hoje prestigiosa Academia de Polícia Civil de Minas Gerais - ACADEPOL -, que mantém um padrão de ensino e de qualificação reconhecido no País e no exterior.

Basta considerarmos seus cursos, como o de pós-graduação em criminologia, ou ainda o de formação policial, nos quais os aspirantes cumprem rigorosos programas curriculares.

Nessa programação se incluem também os cursos de aperfeiçoamento, de preparação para chefia policial, de especialização, atualização,

reciclagem e treinamentos. E todo esse trabalho obedece a uma filosofia de educação baseada na transmissão de conhecimentos, de forma a incitar à reflexão e ao debate, bem como a concretizar um processo de ensino-aprendizagem fundado no conceito de "ensinar a fazer, fazendo".

Temos, portanto, na Polícia Civil, quadros preparados, intelectual e profissionalmente, para enfrentar os grandes desafios desse momento grave que vive o País, marcado pelo aumento alarmante da delinquência e da criminalidade, produzindo verdadeira psicose de insegurança pública. E são esses profissionais que estão presentes no "front" do grande conflito social de nossos dias, sob risco cotidiano, e devem merecer o maior respeito e crédito da nossa sociedade.

É por isso que o Dia do Policial Civil, mais do que justa homenagem a um servidor público, a um defensor e promotor da ordem, a um agente essencial da polícia judiciária e, conseqüentemente, da ordem jurídica, representa o merecido reconhecimento que temos pela instituição policial. Com sua competência e suas atribuições constitucionais fixadas no estado democrático, a Polícia Civil contribui para a consolidação, em nosso País, dos bens mais preciosos que existem em toda e qualquer nação: a liberdade e a justiça.

Temos um longo caminho a percorrer neste Brasil de tantas injustiças e gritantes desigualdades sociais. Mas, como aliados de uma causa maior, haverão sempre de estar ao lado da ordem, da liberdade e da justiça, razão de ser da instituição policial numa democracia. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Elaine Matozinhos

Sr. Presidente Antônio Júlio, Secretário Márcio Barroso Domingues, Sr. Weber Americano, Sr. José Antônio de Moraes, Ten.-Cel. Dâmocles Freire Júnior, Delegados de Polícia, Médicos Legistas, Peritos Criminais, Escrivães de Polícia, Detetives, Identificadores, Auxiliares de Necropsia, ex-Carcereiros, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembléia, ocupo a tribuna com a sublime responsabilidade de falar aos meus amigos e colegas policiais, como Deputada e policial, para comemorarmos o Dia do Policial Civil no Estado, instituído pela Lei nº 12.533, data em que se comemora também o Dia da Polícia Civil, criada em 10 de maio de 1808. Por esse motivo, hoje foi escolhida para ser homenageada a tão bela e digna classe policial civil, bem como o Dia da Polícia Civil pela Assembléia Legislativa, por força de nosso requerimento e por deferência a meus pares.

Na magnitude de nossos trabalhos, fazemos a segurança pública, salvamos vidas, resguardamos e recuperamos patrimônio, combatemos a violência sexual, a violência doméstica; buscamos garantir a liberdade de ir e vir do cidadão e temos o grande mister de apontar para a justiça os infratores da lei, para que sejam processados e julgados pelos crimes que cometeram.

Esse grande trabalho, embora avançando muito no campo institucional por meio de significantes conquistas, reservou-nos tristes surpresas no campo profissional, com a perda de vários policiais que morreram no cumprimento do dever, ao longo dos anos.

Queremos reverenciar esses companheiros que nos antecederam, deixando o legado de nossa querida Polícia Civil.

Reverenciamos também os nossos companheiros que hoje se encontram aposentados, após vidas de dedicação à segurança pública e à Polícia Civil. A vocês o meu reconhecimento, como Deputada Estadual, representante do povo mineiro, e como policial.

Ao trabalho de nossos companheiros da ativa atribuo a certeza de que a Polícia Civil de Minas é uma das mais sérias e competentes do Brasil. E assim é, porque cada um de nós, policial, é que faz a instituição. A Polícia Civil somos nós, policiais competentes e abnegados, que abrimos mão, muitas vezes, da família, do lazer, do sono, do descanso, para ficar dias e noites a fio embrenhados em investigações que não podem ser interrompidas.

Enfim, tudo vale a pena! Não deixamos seqüestros, estupro, latrocínios e tantos outros crimes sem apurar. Em Minas, não existem crimes misteriosos, graças à eficiência de nossos policiais: Delegados de Polícia, Médicos Legistas, Peritos Criminais, Escrivães de Polícia, Detetives, Identificadores, Auxiliares de Necropsias e os nossos ex-Carcereiros.

Queremos reverenciar com muito carinho as chefias das Superintendências, dos departamentos, das nossas delegacias regionais - e hoje temos todos os nossos Delegados Regionais nesta Casa -, as nossas delegacias seccionais, as nossas delegacias de polícia.

Sabemos a responsabilidade de chefiar e dela resulta o conjunto do trabalho.

Quero, neste dia, prestar uma homenagem ao nosso Secretário da Segurança Pública, Dr. Márcio Barroso Domingues, Delegado-Geral de Polícia, jovem, experiente e competente, que tem sabido, com seriedade, conduzir os destinos da Polícia Civil. Com serenidade e equilíbrio, sabe enfrentar os desafios da instituição e vencê-los. Para mim, caro Secretário, é muito fácil falar sobre V. Exa. Fácil, porque o conheço bem. Tivemos o privilégio de trabalhar juntos na Delegacia Especializada de Falsificações e Defraudações, de sermos vizinhos por um bom período no Complexo Souza Cruz: eu, titular da Delegacia Especializada de Crimes Contra Mulher, e V. Exa., Diretor do Instituto de Identificação.

Tenho por sua pessoa o maior respeito e amizade, e a sua vida pessoal e profissional é modelo para todos nós. Parableno-o por toda sua trajetória de vida e peço a Deus que continue abençoando-o e iluminando-o na difícil, porém, encantadora função de fazer a segurança pública dos mineiros.

Através da pessoa de nosso Exmo. Sr. Secretário Adjunto, Dr. José Antônio de Moraes, homem conhecido pela sua honradez e competência, queremos saudar a todos os membros do Conselho Superior de Polícia Civil, rendendo-lhes nossas mais sinceras homenagens.

Quero também, neste momento, fazer a prestação de contas de meu mandato, do mandato de uma Deputada que é policial.

Quero lembrar que, mesmo antes de tomar posse, quando se instalou a Comissão de Transição para o novo governo - Governo Itamar Franco -, reivindicamos que a Polícia Civil estivesse presente. Era importante que o Governador eleito, ao tomar posse, tomasse conhecimento de como estávamos e o que pretendíamos. A Polícia Civil fez-se presente representada pelos Delegados Gerais, Dr. Márcio Barroso Domingues, Dr. Vítor Hugo Moreira de Resende e Dr. Fidelcínio Pedrosa.

Assim que tomamos posse, fizemos requerimento a esta Casa solicitando fosse criada a comissão permanente de segurança pública e, naquele momento, não conseguimos viabilizá-la, mas, três anos após, estamos vendo já na pauta para votação a criação da referida comissão.

Participamos efetivamente de todas as discussões, seminários, audiências públicas sobre segurança pública nesta Casa.

Apresentamos o Projeto de Lei nº 590/99, que visa criar o fundo de habitação de Polícia Civil; o Projeto de Lei nº 1.795/2001, que autoriza o Governador a criar o Gabinete de Gerenciamento de Crises, objetivando buscar soluções aceitáveis para eventos críticos em que haja reféns, iminente risco de vidas humanas e que, por sua complexidade e repercussão, exijam do aparato policial postura estratégica, com utilização de técnicas especializadas.

Apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2000, que garante a inamovibilidade dos Delegados de Polícia, a qual esperamos e desejamos seja aprovada.

Aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, hoje Emenda à Constituição nº 52, que extinguiu o cargo de Carcereiro da Polícia Civil, passando os seus ocupantes para o cargo de Detetive, a qual esperamos em breve seja cumprida. Esse foi um grande passo para que possamos cumprir a Lei nº 13.720/2000, que determina que os presos passem à disposição da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Nós, policiais, e a Polícia Civil não queremos ter sob nossa custódia 15.700 presos. Nossos policiais têm de fazer polícia judiciária, polícia de investigação, e não tomar conta de presos. É preciso que se cumpra a lei estadual.

Acompanhamos de perto as negociações de nossos aumentos salariais. Apresentamos emendas importantes de interesse da Polícia Civil em projetos de lei que tramitam nesta Casa. Lutamos muito para que o DETRAN, o Instituto Médico Legal e o Instituto de Criminalística permanecessem dentro da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

Assim, feita a prestação de contas e as nossas homenagens, queremos dizer que hoje é tempo de reflexão, introspecção, para vislumbrarmos o entendimento e alcançarmos a sabedoria que nos permita identificar a razão grandiosa de nossa existência, que há de ser sempre marcada pela fé n'Aquele que nos fortalece.

Nós, policiais civis, devemos seguir a marcha inexorável da evolução dos tempos, sem descurar do escopo maior de servir, de ser, no exercício do nosso sagrado ofício, um instrumento da vontade de Deus em busca do harmônico convívio entre os homens e do imprescindível aprimoramento de toda a sociedade.

Felizes os que alcançam a perfeita consciência de que o cargo público há de ser exercido sem empáfia, sem arrogância, porque a nós não pertence, e sim ao Estado, e numa dimensão maior promana de Deus, por n'Ele, fonte segura e perene de todas as coisas, encerrar-se todo o poder e toda a glória.

Hoje é fato, nas grandes metrópoles, que a segurança pública configura motivo da maior preocupação; seus moradores exigem do Governo, cada vez com mais veemência, ações concretas para obstar o crescimento da violência e da criminalidade, mantendo-se em níveis aceitáveis que lhes permitam desenvolver, sem sobressaltos, as atividades do seu cotidiano.

Premidos pela opinião pública e pela forte pressão da mídia, as autoridades envidam esforços para solucionar o problema e invariavelmente imaginam encontrar-se na reestruturação do aparelho policial o eficaz remédio para curar a síndrome de insegurança de que são acometidos os habitantes das grandes cidades. É evidente que a medida é necessária, diríamos mesmo imprescindível, mas não podemos olvidar que, por si só, jamais debelará a grave questão da violência no País. Até o leigo no assunto veria nessa afirmativa uma verdade incontestável. Com a reestruturação do aparelho policial, não de vir também a do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e, principalmente, do complexo penitenciário, que, com raras exceções, nem de longe cumpre sua primordial finalidade de reeducar o encarcerado. Ao reverso, avilta-o, violenta-o e dilacera-o, afastando-o dos mínimos sinais da presença de Deus e instruindo-o, dia a dia, na mais perversa e eficiente universidade do crime. A violência atual é reflexo do descaso dos nossos administradores públicos com as questões sociais relevantes, ao longo dos anos, para qualquer nação do universo: emprego, moradia, saúde, educação e melhor distribuição de renda.

Pagamos agora o preço da negligente incompetência administrativa do passado.

O certo é que a sociedade reclama mudanças na estrutura dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Temos que estar com o espírito desarmado e aberto à discussão, porque as instituições existem para atender aos anseios da sociedade, jamais para satisfazer interesses particulares ou corporativistas.

Todos, sem exceção, estamos rigorosamente a serviço da causa maior da justiça. Como policiais pesa-nos nos ombros a obrigação de zelar pela observância da lei, e a nós, especificamente, cumpre vigiar com desvelo a manutenção da ordem. Mais que privilégio, tal circunstância torna-nos espelho para os que nos circundam, o que aumenta muito a nossa responsabilidade.

Esse fardo pode ser leve ou extenuante, a depender do modo como consideramos nosso mister. Para aqueles que conseguem ver mais adiante do que uma rotina de procedimentos formais, para os idealistas - e estes são imprescindíveis -, nosso encargo se enquadra entre os de elevada finalidade, porquanto somos os primeiros chamados a restaurar a harmonia, em prol do esclarecimento dos fatos ao encontro da verdade. Somos os acendedores de lampiões, aqueles que dão o primeiro passo no sentido sublime da realização da justiça. Graças ao nosso destemido esforço, o tecido social, no instante ferido, começará de pronto a ser recomposto, a fim de que a paz possibilite a convivência civilizada e, portanto, segura e, quiçá, feliz.

Ainda que a sociedade reconheça a necessidade de tal mister, a nós, mais do que a ninguém, cumpre valorizar e honrar a missão que nos foi destinada. Para isso, basta lembrar que na barbárie, que corresponde ao exílio da lei, somos todos desprotegidos, frágeis vítimas do difícil e agressivo temperamento humano. Eis aí o porquê do Estado e, em particular, da Polícia Civil e do policial civil.

Sejamos atentos e orgulhosos da nossa causa. Com o nosso cotidiano havemos de ajudar muitos homens a entrar na lei e por ele sair mais confiantes. Não há atitude mais nobre. Sejamos grandes em bondade, enormes em dedicação e humanidade, gigantes em compreensão e heróis que já somos por aptidão e ofício.

A força do pensamento e da vontade canalizados é capaz de vencer obstáculos a princípio intransponíveis, razão por que estamos realizando um grande sonho marcado por suor e lágrimas.

Somos policiais civis no espírito e na essência, não nos importa quão longe tenhamos que caminhar, desde que o caminho nos leve sempre aonde existir a necessidade de prevenir e reprimir crimes contra o Estado e aonde a nossa presença for necessária.

É meu desejo que todos os policiais civis tenham realmente uma vida profissional marcada pela dignidade, pelo civismo e pelo exemplar propósito de colaborar para o contínuo engrandecimento da nossa querida Polícia Civil, dentro do que nos foi preconizado pelo



saudoso Delegado Luís Soares da Rocha: "Na polícia não há lugar para fracos nem covardes. Nela devem permanecer os fortes e corajosos".

Que ela seja grande como o céu da terra límpida, imensa em seu futuro, acolhedora e poderosa!

Felicidades a todos! E que Deus nos abençoe em nossa missão! Muito obrigada.

#### Palavras do Secretário Márcio Barroso Domingues

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio, na pessoa do qual saúdo todos os Deputados Estaduais; meu prezado colega Dr. Weber Americano; meu prezado companheiro Dr. José Antônio de Moraes, em cuja pessoa cumprimento todos os membros do Conselho Superior da Polícia Civil, os Delegados Regionais de Segurança Pública, os Delegados Seccionais e todos os colegas da Polícia Civil; Ten.-Cel. Dâmocles Freire Júnior; Deputada Elaine Matozinhos; devo, inicialmente, dizer aos senhores e às senhoras que recebi a honrosa solicitação de S. Exa. o Governador do Estado, Itamar Franco, de representá-lo nesta reunião especial em homenagem à Polícia Civil, pela passagem do Dia do Policial Civil, por impossibilidade do seu comparecimento, motivada por compromissos anteriormente assumidos.

Filho que sou de José Gomes Domingues, que foi Deputado Estadual, Delegado-Geral de Polícia e Secretário de Estado, desde cedo aprendi a admirar e, sobretudo, a respeitar esta egrégia Casa de Leis quanto a carreira de Delegado de Polícia, em que, depois, ingressei por concurso público, quanto e o cargo de Secretário de Estado em que hoje me encontro investido, por deferência especial de S. Exa. o Governador do Estado. Para mim, pois, constitui mais que uma satisfação, constitui um privilégio aqui comparecer, como convidado, para participar desta reunião do órgão que encarna o Poder Legislativo do Estado, na semana em que é comemorado o 194º aniversário de criação, da Polícia Civil no Brasil, da qual foi primeiro Intendente-Geral o Desembargador Paulo Fernandes Viana. Igualmente, em Minas Gerais, no próximo dia 10 do corrente mês, comemora-se o Dia do Policial Civil Mineiro, instituído pela Lei nº 12.433, de 30/6/97.

Diria, valendo-me de um raciocínio de jaez matemático, que o Poder Legislativo está para a consecução dos ideais democráticos de representatividade, assim como a Polícia Civil está para, em consonância com esses mesmos ideais democráticos, a garantia de punição para os que infringem a lei penal.

Polícia Civil - só os leigos, os mal-informados ou os mal-intencionados assim não entendem - é sinônimo de polícia judiciária, investigativa, auxiliar da justiça, polícia, enfim, cujo trabalho, mesmo encontrando óbices e mais óbices a vencer - é tão eficiente, que, em consequência do trabalho que desenvolve, vem provocando, meio paradoxalmente, um problema: o de estabelecimentos prisionais superlotados!

Quando se vê ou se ouve alguém desfilir "argumentos" com o intuito de denegrir a função da Polícia Civil, procurando desmoralizar profissionais de polícia, citando casuístas, episódios isolados, procurando desvalorizá-la, achincalhá-la, diminuí-la e menosprezá-la, que fiquemos alerta: eis aí, com certeza, alguém que, por ignorância, ou por má intenção, está, automaticamente, fazendo a apologia da impunidade e, conseqüentemente, da vontade de dificultar a ação da justiça e do "jus puniendi" estatal.

Delegado-Geral de Polícia que sou, tendo trabalhado, anos e anos, no dia-a-dia das unidades policiais de nosso Estado, afirmo e reafirmo, sem medo de errar - mais do que isso, com orgulho: com indisfarçável orgulho: em Minas, mesmo enfrentando as dificuldades do momento histórico em que vivemos (e que é vivido, aliás, no País e no mundo), temos uma polícia composta de homens e mulheres dignos, profissionais que têm perfeita consciência do papel que desempenham na e para a sociedade, nem sempre compreendido e quase nunca reconhecido, mas dramaticamente reclamado, tão logo algum cidadão ou cidadã é vítima de algum tipo de delito, por menos grave que seja.

Criada que foi, em Minas, no Brasil e no mundo, para servir, e não para transformar a sociedade, a polícia vê refletir-se sobre si as conseqüências das crises por que passa a sociedade. Como a sociedade humana não é constituída de anjos nem de santos, outras instituições, ou melhor todas as instituições - digo, todas -, também não o são, mas como dispõem de meios e mecanismos de reeducar e corrigir desvios de comportamento, que são a exceção, e nunca a regra geral, igualmente a polícia dispõe, em sua maioria absoluta, de homens e mulheres corretos, idôneos, comprometidos com o certo, o bem, o legal e o justo, não corrompidos e até incorruptíveis. A polícia é composta de homens e mulheres de tal calibre, parte que é, como disse, da sociedade.

A segurança pública, em nossos dias, adquiriu foros de prioridade, pois os cidadãos responsáveis por ela e que a ela têm direito, como rezam a Constituição Federal e a Estadual, reclamam-na, exigem-na, clamam por ela. Que eles também façam a sua parte, como cidadãos responsáveis, ajudando a polícia a lhes proporcionar o que prega a lei: segurança pública.

Unidos, legisladores, magistrados, policiais, cidadãos e cidadãs responsáveis, trabalhando em harmonia, não há e não haverá obstáculo que não possa ser vencido ou superado.

Temos acompanhado e participado atentamente de tudo o que vem sendo escrito, falado, comentado, analisado e projetado em termos de mudanças a serem introduzidas na polícia.

Nesses tempos difíceis de violência e criminalidade, estamos absolutamente convictos de que não só soluções serão encontradas, mas também de que, para que mudanças sejam adotadas, necessário se torna trabalhar com criatividade, sem exagerada pressa e com base em reflexões profundas, com respeito à cultura policial e à história de cada unidade da Federação brasileira. Estamos convictos, por fim, de que, quando se fala em exemplo do que não deve ser, Minas Gerais não pode ser tomada como exemplo, pois aqui se trabalha com denodo, seja em termos de polícia preventiva e ostensiva, seja de polícia judiciária, de apuração.

Evocando a memória do meu saudoso pai, em meu nome, como Secretário da Segurança Pública e como Delegado-Geral de Polícia, bem como em nome dos meus colegas de carreira e dos ocupantes de cargos de Médico-Legista, de Perito Criminal, de Escrivão de Polícia, de Detetive, de Vistoriador de Veículos, de Identificador, de Auxiliar de Necropsia e de Carcereiro, tanto os da ativa, quanto os aposentados, externo, de público, aos nobres Deputados que compõem esta Casa Legislativa, representantes legítimos que são dos cidadãos de todas as regiões de Minas Gerais, um profundo agradecimento por esta homenagem à instituição a que pertencemos.

De modo especial, agradecemos à nossa querida colega, Delegada-Geral de Polícia e dinâmica Deputada Elaine Matozinhos, autora do requerimento que gerou esta solenidade. Pessoalmente, presto os meus agradecimentos pelas palavras elogiosas a meu respeito. Devo dizer, Deputada, que também V. Exa. é merecedora da minha admiração e do meu respeito, desde que juntos trabalhávamos na Delegacia de Falsificações e Defraudações. Receber a homenagem e a manifestação pública de reconhecimento é sempre gratificante e estimulante. Ser homenageado e reconhecido pelos nobres componentes de uma Casa da dimensão moral e do significado da Assembléia Legislativa de Minas Gerais é mais do que isso, é um privilégio de que os policiais civis mineiros, lisonjeados e agradecidos, jamais se esquecerão e o recebem, pode crer, renovando o compromisso de honra da nossa instituição, que é o de bem servir. Muito obrigado.

O locutor - O Sr. Presidente fará a entrega, neste momento, ao Dr. Márcio Barroso Domingues, de placa alusiva a esta comemoração, com os seguintes dizeres. (-Lê:) "A cada dia, a certeza de que a Polícia Civil de nosso Estado continua realizando trabalho digno e de fundamental importância para uma convivência pacífica entre os cidadãos. A homenagem do Poder Legislativo Estadual à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pela passagem do Dia do Policial Civil".

-Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades, dos Delegados, das Delegadas, dos componentes da Polícia Civil e dos demais convidados.

#### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 355ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 14/5/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Ivair Nogueira - Palavras do Sr. Emanuel Soares Carneiro - Entrega de placa.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Luís Márcio Vianna, Secretário de Estado da Comunicação Social; Emanuel Soares Carneiro, Diretor-Presidente da Rede Itatiaia de Rádio e Televisão; Estêher Carneiro Naves, Vice-Presidente da Rede Itatiaia de Rádio e Televisão; Aluísio Pimenta, ex-Ministro da Cultura; Afonso Ligório de Faria, Superintendente do INSS de Minas Gerais; Marcelo Palmério, Reitor da Universidade de Uberaba; João Bosco Torres, Presidente da Associação de Rádio e TV - AMIRT -; e Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Sr. Ricardo Saud, Diretor da EPAMIG, e da Sra. Darcy Mattos de Azevedo, que, nesta oportunidade, representa a Vereadora Lúcia Pacífico, 2ª-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear a Rede Itatiaia de Rádio e Televisão pelo transcurso de seu 50º aniversário de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Luís Márcio Vianna, Exmo. Sr. Emanuel Carneiro, Exma. Sra. Esther Carneiro Naves, Exmo. Sr. Aluísio Pimenta, Exmo. Sr. Afonso Ligório de Faria, Exmo. Sr. João Bosco Torres; Deputado Ivair Nogueira, na pessoa do qual saúdo os Deputados presentes; caros dirigentes da Rádio Itatiaia, profissionais da imprensa, radialistas e funcionários da emissora, caros convidados, senhoras e senhores. Na abertura desta reunião especial em homenagem aos 50 anos da Rádio Itatiaia, esta Presidência quer pronunciar, em primeiro lugar, o nome de um mineiro ilustre nascido em 1928, em Patrocínio do Muriaé, e que, apenas com 9 anos de idade, chegava com sua família a Belo Horizonte para continuar seus estudos: Januário Carneiro. Fundou, para orgulho de Minas, a Rádio Itatiaia, que, já nos idos de 1951, transmitia suas primeiras emissões diretamente de Nova Lima e criou, em 1952, em Belo Horizonte, a Itatiaia AM, empresa pioneira de um grupo que, além da Itatiaia FM e da Extra FM, hoje reúne oito emissoras próprias no interior do Estado. Com sua rede de filiadas à ITASAT - seu sistema de satélite -, reúne mais de 50 emissoras instaladas em pontos estratégicos do Estado, alcançando quase 800 municípios mineiros.

Todo esse verdadeiro império de comunicação foi edificado em 50 anos, apenas, tempo praticamente equivalente ao vivido por Januário, que morreu prematuramente em 1994, aos 57 anos. A liderança por ele construída foi herdada por Emanuel Carneiro, seu irmão, que possui a mesma fibra e igual vocação de inventar futuros. Trabalhando ao lado da irmã, Esther Carneiro Naves, atual Vice-Presidente da emissora, companheira e conselheira de sempre, manteve a rede Itatiaia entre as dez maiores emissoras de rádio de todo o País.

Por isso mesmo, como expressão do amplo e geral reconhecimento do povo mineiro, o requerimento do Deputado Ivair Nogueira para a realização desta reunião especial contou com o apoio da maioria dos Deputados desta Casa.

A Itatiaia contribuiu no Brasil para quebrar o mito do fim da era do rádio, com o advento da televisão. Hoje, em qualquer lugar em que estivermos, a expressão popular "deu na Itatiaia" é sinônimo de fato verdadeiro, de absoluta credibilidade.

E, como explicação para o sucesso da rede, extraímos de um documento sobre a história da radiodifusão em Minas Gerais, comentando os desafios que as emissoras então enfrentavam com a chegada da televisão, o seguinte trecho: "A rádio que melhor se adaptou aos novos tempos foi a Itatiaia, que, desde sua inauguração, em 1952, optou por programação repleta de noticiários locais, cobertura de acontecimentos políticos e, principalmente, esportivos e pela utilidade pública, falando sobre o tempo, o trânsito, o noticiário policial e a cobertura dos bastidores do futebol".

E, como bem disse o seu Diretor-Presidente, Emanuel Carneiro, que, aos 13 anos, iniciou suas atividades na rádio, a rede Itatiaia é empresa aberta e interativa, e sua equipe demonstra, acima de tudo, alto grau de profissionalismo e companheirismo.

É a mais pura verdade, caro Emanuel. Aqui de fora, nós, ouvintes, temos essa mesma sensação: a de que a Rádio Itatiaia, além da qualidade da informação, transmite essa fidelidade de equipe solidária, responsável e amiga.

Vale destacar que a Itatiaia, atualmente, possui a mais moderna instalação de rádio AM no Brasil e que, além da Internet, ingressa no campo

da televisão, em parceria com a TV Gazeta de São Paulo. Cabe-nos, portanto, indagar: de onde vem essa vocação de futuro e de qualidade que marca a trajetória dessa rádio?

Vamos, no final dessa saudação, tentar dar resposta a essa pergunta, resposta simbólica, do afeto e do coração. Quando ainda era estudante do Colégio Arnaldo, morando no Bairro da Serra, Januário Carneiro montou uma rádio amadora no fundo do quintal da sua casa. Suas transmissões alcançavam praticamente cinco quarteirões daquele bairro, ainda quase rural. E sua pequenina retransmissora tinha o nome de Rádio Júpiter. Como enxergava e queria ir longe o jovem estudante! E o sonho e o ideal de Januário de construir uma grande rádio se materializa hoje, com uma grande e famosa rede de emissoras, que se expande no tempo e no espaço da comunicação.

Parabéns, Rádio Itatiaia!

#### Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, Secretário Luís Márcio Vianna, Sr. Emanuel Soares Carneiro, Sra. Esther Carneiro Naves, Prof. Aluísio Pimenta, Sr. Afonso Ligório de Faria, Sr. Marcelo Palmério, Sr. João Bosco Torres, colegas Deputados, senhoras e senhores convidados, à Assembléia Legislativa, por intermédio desta sessão solene, cumpre a tarefa de exaltar o cinquentenário da Rádio Itatiaia, emissora líder de audiência no rádio mineiro. Por isso, mais do que a mensagem de reconhecimento, entendo que a palavra desta Casa à direção e aos funcionários da Itatiaia deve ser a de agradecimento pelos relevantes serviços prestados pela emissora ao nosso Estado e ao País.

Isso porque a história de Minas Gerais se confunde com a da Rádio Itatiaia. E não é à toa que o "slogan" da emissora é, na verdade, um compromisso que cumpre diariamente com todos os mineiros: a Rádio de Minas.

A Rádio de Minas realmente abriu para todos nós os caminhos de todos os continentes e, mais que isso, sempre se aliou à vontade do cidadão de Belo Horizonte e de todo o Estado, para empunhar bandeiras e lutas em defesa dos interesses de Minas.

Quando o saudoso Januário Carneiro se esforçou para, praticamente sozinho, fazer a primeira transmissão esportiva pela Rádio Itatiaia, talvez ele mesmo não soubesse a potência que estava lançando no jornalismo de Minas e do Brasil. Ao longo dos anos, a emissora foi crescendo e assumindo papel preponderante na nossa história. Através de seus microfones, seja no esporte, na política ou no acompanhamento diário da vida do cidadão, o que a Itatiaia faz é uma grande prestação de serviço em favor da nossa sociedade.

Agora mesmo, com certeza, um repórter da equipe comandada pelo jornalista Márcio Dotti pode estar fazendo denúncia ou abrindo espaço para que um cidadão possa ter vez e voz, reclamando seus direitos. Também a cobertura esportiva da Itatiaia é o campo onde o torcedor mineiro pode manifestar sua paixão. Nesse particular, vale registrar que a Itatiaia é reconhecida no País como uma das emissoras mais competentes nos eventos. As principais competições, dentro e fora do Brasil, são sempre acompanhadas de perto pela Itatiaia, com equipe própria, num claro exemplo de valorização e projeção dos valores profissionais do nosso Estado. No final do mês, quando a Copa do Mundo estiver sendo realizada na Coreia e no Japão, lá estarão os profissionais da emissora, transmitindo, do outro lado do mundo, o maior evento esportivo do planeta, brindando os mineiros com informações precisas e o costumeiro "show" de bola que caracteriza o trabalho da Itatiaia em todas as suas coberturas. E quando se fala em Itatiaia, vêm à nossa memória verdadeiros monstros sagrados do rádio mineiro, pessoas que já não estão entre nós, mas que fizeram história e nos deixaram um legado de compromisso com a informação.

Portanto, além do saudoso e legendário Januário Carneiro, não podemos deixar de citar nomes como o de Osvaldo Faria, que há pouco nos deixou, abrindo grande lacuna no radiojornalismo de Minas e do Brasil; Kafunga, Vilibaldo Alves e tantos outros que se projetaram pela Itatiaia e ao mesmo tempo projetaram Minas Gerais através do rádio. E como eles mesmos ensinaram, outros grandes profissionais que continuam cumprindo a missão de formar e informar a opinião pública mineira fazem parte do trabalho diário da Itatiaia e assumiram o compromisso do qual falamos há pouco, o de estar sempre ao lado dos mineiros, nas melhores e piores horas, nos bons e maus momentos da nossa história.

Tomo a liberdade de citar o nome de Acyr Antão, profissional que cobre diariamente esta Casa, que convive conosco e que sempre demonstrou, acima de tudo, muita ética e inarredável compromisso com a verdade e com a informação. Quando não está aqui no Plenário, está em algum gabinete, está numa das comissões, registrando o dia-a-dia desta Casa, sempre com muita precisão e pensando em melhor informar o ouvinte da Itatiaia.

Se a liderança da Rádio de Minas resulta do profissionalismo de sua equipe, o trabalho e a competência do atual Diretor-Presidente da emissora, jornalista Emanuel Carneiro, são ingredientes da receita do sucesso da Itatiaia. Além de dirigir e administrar a rádio com grande visão jornalística, Emanuel Carneiro nos oferece, diariamente, um grande exemplo de dedicação. É ele quem apresenta a "Turma do Bate-Bola", tradicional programa esportivo do início de todas as noites. Mais que isso, todo domingo à noite, quando a equipe do Mineirão está indo para casa, quando o torcedor já está descansando, a "Grande Resenha Esportiva", da Itatiaia, chega ao nosso rádio, com a voz inconfundível de Emanuel Carneiro.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Deputado Ivair Nogueira, permita-me quebrar o protocolo nesta ocasião, porque não é usual em reuniões formais de homenagem os Deputados fazerem aparte. Mas neste momento é um dever imperioso de nossa parte, porque, nós, que somos do rádio e fazemos rádio no interior de Minas, eu, a partir de Montes Claros e Norte de Minas, passamos a ter a Rádio Itatiaia como exemplo de rádio sério, vivo, voltado para a comunidade de Minas Gerais.

A Itatiaia, idealizada por Januário Carneiro, hoje é um império, no bom sentido da comunicação em Minas, pelo respeito, seriedade e compromisso com a verdade, que sempre caracterizaram a Rádio Itatiaia. Por essa razão, do interior do Estado, trazemos também a homenagem à Rádio Itatiaia e a V. Exa., nobre companheiro, colega do nosso PMDB, pela oportuna lembrança desta homenagem pela passagem dos 50 anos da Rádio Itatiaia, de uma emissora que é o orgulho de Minas Gerais, porque faz um rádio da melhor qualidade, de maneira simples, objetiva e direta para o povo de nosso Estado.

A Rádio Itatiaia está de parabéns, na pessoa de Manuel Carneiro, a quem encaminho e a todos os integrantes daquela Casa a homenagem da nossa Região do Norte de Minas e a V. Exa. pela feliz oportunidade da lembrança desta homenagem.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa. e a Rádio Itatiaia, onde tive oportunidade de conviver por 22 anos, quando meu pai trabalhava naquela emissora e a vi crescer. Hoje, acima de tudo, vejo a força do trabalho da família Carneiro, de união familiar, que hoje desponta e mostra bom exemplo para Minas Gerais. Sem dúvida, Januário deu as diretrizes da Rádio que hoje são seguidas pelo Emanuelzinho, pela Estherzinha e pela menina que está chegando, a Ludmila, a Claudinha, a Daniela, a terceira geração da família Carneiro, que vai despontando.

Muitos hoje ouvem a Rádio Itatiaia, olham para o Emanuel e dizem que sempre foi grande. Não, a Rádio Itatiaia começou engatinhando, aprendeu a andar, e hoje corre. Houve tempos em que houve muitas dificuldades. O Januário sempre dizia, e aprendi com ele, que depois de um tempo ruim, de uma chuva, aparece o sol que clareia. A Rádio Itatiaia sempre acreditou no futuro e foi para frente. Hoje, é a maior

emissora de Minas Gerais e uma das maiores do País.

Nós, que militamos no meio do rádio, como disse o Deputado Luiz Tadeu Leite, com orgulho lembramos da Rádio Itatiaia. Do Oiapoque ao Chuí, quando se fala em rádio em Minas Gerais, em equipe de esportes e em jornalismo, fala-se em Rádio Itatiaia. É um jornalismo sem restrições, aberto e sem preferência. É dirigido pelo Márcio Dotti. Entendo que a Itatiaia é uma família e que faz o rádio de Minas Gerais acima de tudo.

Lembro mais uma vez que para chegar aonde chegou teve que arregaçar as mangas e pegar no pesado. Essa família passou por muitas dificuldades. Quando falo em família me refiro aos próprios funcionários, porque hoje a convivência na Rádio Itatiaia não é de patrão para empregado, mas de amigo para amigo. O Emanuel conseguiu isso na emissora.

Tive oportunidade de pegar na mão de S.S. o Papa, através do prestígio e da abertura que a Rádio Itatiaia me deu. Todos os eventos são feitos com rigorosa presteza e, acima de tudo, com profissionalismo.

Parabéns, Deputado Ivair Nogueira! Parabéns, Emanuel Carneiro, continue sendo essa pessoa de garra, seguindo os passos do padrinho Januário, que, sem dúvida alguma, onde estiver está olhando para baixo e dizendo: "Deixei uma família para dirigir uma emissora não minha, não de Emanuel, mas dos mineiros". Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Gostaria de me associar a V. Exa. nesta homenagem à pujante Rádio Itatiaia, porque, na verdade, Deputado Ivair Nogueira, quando V. Exa. teve o gesto feliz de requerer esta reunião solene, para homenagear essa emissora de Minas, certamente traduziu um sentimento de grande parte dos Deputados desta Casa. Quero manifestar, neste momento, caro e nobre Deputado Ivair Nogueira e caros Diretores da Itatiaia, Emanuel Carneiro e Esther Carneiro, que sou ouvinte da Itatiaia. Na verdade, reconheço o que já foi dito pelo Presidente da Casa e pelo Deputado Ivair Nogueira. Muitas vezes a imprensa escrita é para uma elite intelectualizada. Temos os jornais que chegam a certas camadas da população, mas, sem dúvida alguma, é o rádio que chega a todos os rincões do município, do Estado e do País. É através do rádio que se dá essa fenomenal divulgação dos acontecimentos. Sou ouvinte da Itatiaia no meu carro e no aconchego da minha casa não só pelas transmissões esportivas. Aqui já foi citado o Cafunga, o Vilivaldo Alves. Quem não se lembra do gol do Vilivaldo. Não se pode duvidar hoje da potência que representa a Itatiaia no rádiojornalismo, comandado hoje por esse bravo jornalista Márcio Dotti. Quem pode afirmar não conhecer Eduardo Costa, Eduardo Lima, José Lino Souza Barros? Quero dizer que, quando cito esses nomes, pronuncio-os como ouvinte da Itatiaia, e não meramente como um Deputado que se associa às manifestações do Deputado Ivair Nogueira. Muito obrigado.

O Deputado João Pinto Ribeiro (em aparte) - Deputado Ivair Nogueira, inicialmente meus parabéns pela iniciativa do requerimento. Gostaria de dizer que todas as coisas são possíveis para as pessoas que acreditam que elas são possíveis. Assim foi com Januário Carneiro, e assim continua com Emanuel Carneiro. Ele acredita, trabalha e faz colocar o que está na literatura universal: "O trabalho é o principal entretenimento existente na face terrestre". Vejo isso muito bem na figura do ilustre Diretor-Presidente da Rede Itatiaia de Rádio. Somos amigos e sempre comento com ele como é fantástico o exemplo do trabalho da pessoa de Emanuel Carneiro. Sábado à tarde, domingo, a qualquer hora, Emanuel está trabalhando, dando um exemplo para a família da Rádio Itatiaia e para a família de Minas Gerais de que quem trabalha vence, de que quem trabalha consegue o que quer. A cada dia mais, temos de acreditar que nada cai do céu, mas quem luta consegue. Isso fez Januário Carneiro, que agora continua com Emanuel Carneiro. Parabéns, Rede Itatiaia de Rádio! Parabéns Deputado Ivair Nogueira por ter apresentado esse requerimento. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte) - Deputado Ivair Nogueira, Presidente Antônio Júlio, Mesa de honra que compõe nossos trabalhos, não poderia deixar de me pronunciar, até porque buscamos ser co-autora dessa homenagem. E homenagear 50 anos de Itatiaia é homenagear o sertão de Minas Gerais na bravura, no espaço que a Itatiaia tem dado aos profissionais Eduardo Lima, Mônica Miranda, Acyr. É grande nossa alegria ao ver o Prof. Aluísio Pimenta, que diz que só a educação fará do Brasil um País fácil de governar, difícil de dominar e impossível de escravizar. O saber comunicar com respeito, dedicação, lisura, buscando a imparcialidade, é trabalho exercido pela Rádio Itatiaia, o que pudemos observar quando este parlamento passou por uma crise, tendo, por parte do rádio, o respeito na condução do processo. Estar aqui homenageando os 50 anos da Rádio Itatiaia, Prof. Aluísio Pimenta, é caminhar a passos largos para a consolidação da libertação da nação brasileira na busca da justiça social. Parabéns à Itatiaia por orgulhar Minas Gerais e fazer valer a força mineira no veículo de comunicação do País! Obrigada.

O Deputado Ivair Nogueira - Falamos de Eduardo Costa, Mônica Miranda, Mário Henrique, Milton Naves e tantos outros que fazem parte da grande rede Itatiaia. Entre os outros há um revezamento, de acordo com a escala da equipe, mas o Emanuel está sempre lá, raramente é substituído. Eu mesmo já me perguntei, prezado Emanuel, porque o dono da maior rádio de Minas está no estúdio, todo domingo à noite, como coordenador de toda aquela resenha. E a única resposta que encontrei foi a de que o compromisso com a informação e com seus ouvintes é a maior arma da Itatiaia para se manter líder de audiência em Minas. Por isso, quero, neste instante, deixar o meu abraço a cada profissional que trabalha em nossa "Rádio de Minas". A nossa iniciativa de propor esta reunião especial, caro Emanuel Carneiro, teve o objetivo de fazer com que esta Casa cumprisse, mais uma vez, o dever de expressar o sentimento de Minas. E o sentimento dos mineiros pelos 50 anos da Itatiaia não poderia ser outro, senão o de orgulho e gratidão pela importância que a emissora tem na consolidação do Estado como um dos mais importantes e respeitados do Brasil.

Parabéns, Emanuel Carneiro, Itatiaia e todos os seus profissionais! Muito obrigado.

Palavras do Sr. Emanuel Soares Carneiro

Boa-tarde, Presidente Antônio Júlio, demais Deputados e amigos, que falaram anteriormente. Agradeço a todos, em nome dos funcionários da Rádio Itatiaia, da Rede Itatiaia e da minha família, aqui representada por minha irmã, Esther Carneiro, e minha filha, Daniela Carneiro.

A Itatiaia entregou a um escritor mineiro a produção de um livro sobre os seus 50 anos, em que teve toda a liberdade de penetrar no fundo da alma da rádio, conversando com seus antigos funcionários, pesquisando arquivos e documentos. Fui convidado para, neste livro, fazer uma abertura.

Vou ler a abertura que preparei para o livro que está saindo em breve. É pequena, mas reflete um pouco da essência do que é a Rádio Itatiaia. (- Lê:)

"Em 1952, quando a Itatiaia transferiu seus estúdios de Nova Lima, Belo Horizonte tinha 55 anos e cerca de 400 mil habitantes. De olho no Palácio do Catete, Juscelino Kubitschek governa Minas. A TV ainda não existia, e na Capital operavam três emissoras de rádio: Inconfidência, Guarani e Mineira.

Dessa época calma até os dias de hoje, a Itatiaia esteve presente em todos os momentos de drama e de alegria que marcaram a história do povo mineiro. Cobrou, elogiou, criticou e, julgando que tinha esse direito, adotou como "slogan" a frase que se tornou verdadeira declaração de princípios: "A Rádio de Minas".

As datas redondas, que sempre foram comemoradas pela emissora, são também momentos especiais de reflexão e prestação de contas. Ao completar 50 anos, a Itatiaia reafirma uma história de pioneirismo, ousadia e independência. Nessa volta ao tempo, renova os vínculos com o público e reconhece nesses vínculos e na credibilidade conquistada os pilares de um empreendimento muito bem-sucedido na área das comunicações.

Sobre o rádio, Januário disse certa vez que "não enche o bolso, mas enche o coração". Uma criança desaparecida entregue aos pais, a localização de um parente distante, um pedido de sangue, o cachorrinho devolvido aos donos: são atos aparentemente simples, que ganham enorme importância e gratificam quem faz do rádio seu cotidiano.

A Itatiaia jamais cobrou um centavo sequer por esses atos. Assim como jamais dispensou um funcionário por pressão de autoridades ou anunciantes. Pelo contrário, abrigou muitos profissionais perseguidos durante os chamados "anos de chumbo".

Depois de divulgar a célebre entrevista na qual o Gen. Guedes rompia com o Governo João Goulart, no dia 30/3/64, preferiu perder anunciantes a virar "chapa-branca". Teve que aturar a presença dos censores na redação, mas tirou do ar todo o jornalismo que continha opinião para evitar colocar no ar um noticiário suspeito.

Os princípios éticos e políticos estabelecidos nos primeiros dias foram integralmente mantidos, e não há uma pessoa, de qualquer área, que tenha recebido veto da emissora. Ninguém melhor que Januário entendeu a força desse veículo, que é feito de talentos, equipamentos e anúncios, nesta ordem.

A Itatiaia teve os talentos bem antes de ter som e anúncios. Centenas de profissionais passaram pela empresa e ajudaram a formar esse patrimônio de comunicação de Minas.

O rádio exige muito e alguém já o definiu como "diversão só para quem ouve". Por isso, somos gratos aos pioneiros. Essa brava gente sacrificou o convívio com a família, lazer, aniversários de casamento, domingos, feriados, férias, sempre correndo atrás da notícia, em viagens para cobertura de jogs, em horas extras na busca da melhor informação ou para fechar um contrato comercial.

Isto não tem preço, é impagável. Mas é impossível relacionar todos os que participaram da construção da empresa, hoje rede de comunicação com emissoras próprias e afiliadas nos pontos-chaves do território mineiro.

Fomos pioneiros nas transmissões intercontinentais, colocamos nosso som no satélite e na Internet e agora estamos prontos para o desafio do rádio digital, contando com um time de talentos invejável. Neste ano em que o rádio brasileiro comemora 80 anos de existência, poucas emissoras no País podem se orgulhar de reunir, ao mesmo tempo, tantos talentos e tanta qualidade.

Vinte e quatro horas por dia, todos os dias, a Itatiaia renova seu compromisso de "vender espaço, não vender opinião" - a frase da sua primeira hora.

Como ouvinte, amigo e funcionário, você faz parte desse sonho. Obrigado, de coração."

Deixamos aqui essa mensagem. Queríamos agradecer ao Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento, e à Deputada Elbe Brandão, que nos falou sobre a homenagem. Obrigado a todos.

#### Entrega de Placa

O locutor - O Sr. Presidente fará a entrega ao Sr. Emanuel Soares Carneiro, Diretor-Presidente da Rede Itatiaia de Rádio e Televisão, de uma placa alusiva à essa comemoração, com os seguintes dizeres: "Ondulando pelo relevo das montanhas de Minas, as emissões da Rádio Itatiaia moldaram-se com perfeição à geografia do Estado e mergulharam fundo na alma de cada ouvinte, aprendendo o seu sotaque e ensinando o que é notícia. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por meio de seus representantes, presta homenagem a essa emissora pelos seus 50 anos de fundação.

- Procede-se à entrega de placa.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e dos demais convidados.

#### ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da cpi do preço do leite

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia nove de abril de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Luiz Fernando Faria, Cristiano Canêdo, Márcio Kangussu, Antônio Andrade, Kemil Kumaira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente convida para compor a mesa o Sr. Gilman Viana Rodrigues, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final dos trabalhos realizados pela Comissão e passa a palavra ao Deputado Luiz Fernando Faria, relator, para que faça a leitura do relatório. Prosseguindo, o Presidente passa à fase de discussão e votação do relatório final. Usam da palavra, nessa fase, os Deputados Antônio Andrade, Paulo Piau, Márcio Kangussu, Kemil Kumaira, Cristiano Canêdo e João Batista de Oliveira. O Sr. Gilman Viana Rodrigues, com a palavra, tece seus comentários. Colocado em votação, é o relatório final aprovado. O Presidente solicita aos membros da Comissão presentes que o subscrevam e esclarece que o inteiro teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da Comissão, a Presidência agradece a presença e a colaboração dos parlamentares e dá por encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Preço do Leite.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente - Luiz Fernando Faria - Cristiano Canêdo - Kemil Kumaira - Antônio Andrade - Paulo Piau - Márcio Kangussu.

#### ATA DA 98ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia vinte e três de abril de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Geraldo Rezende, Agostinho Silveira, Aílton Vilela, Antônio Carlos Andrada, Márcio Kangussu e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão.

Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Ronaldo das Dores Valeriano, Presidente Fundador da Associação Nova Esperança Beneficente do Brasil, solicitando a criação de uma lei que isente as pessoas de baixa renda de pagar contas de luz. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.085, 2.086, 2.087, 2.093 e 2.098/2002 (Deputado Agostinho Silveira); 2.075, 2.080, 2.092 e 2.100/2002 (Deputado Ermano Batista); 2.076 e 2.081/2002 (Deputado Márcio Kangussu); 2.074, 2.079, 2.084, 2.088, 2.090 e 2.097/2002 (Deputado Eduardo Hermeto); 2.072, 2.077, 2.082 e 2.094/2002 (Deputado Aílton Vilela); 2.073, 2.078, 2.091 e 2.099/2002 (Deputado Durval Ângelo); 2.096 e 2.089/2002 (Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.988/2002 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.964/2002 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.066/2002 (relator: Deputado Agostinho Silveira). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.762/2001 e 2.049/2002 (relator: Deputado Sebastião Costa), no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.967/2002 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.970/2002 (relator: Deputado Geraldo Rezende); 1.976 e 2.007/2002, este último com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Aílton Vilela); 2.004/2002 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Márcio Kangussu); 2.021/2002 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.029 e 2.063/2002, este último com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Geraldo Rezende, que conclui pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 2.043/2002 com a Emenda nº 1, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Antônio Carlos Andrada. São aprovados requerimentos de relatores, nos quais solicitam sejam baixados em diligência à Secretaria de Recursos Humanos e Administração - SEHRA - os Projetos de Lei nºs 2.026, 2.048, 2.055/2002 (relator: Deputado Márcio Kangussu); 2.030/2002 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.064/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.815/2001, 1.959, 2.079/2002, os três com a Emenda nº 1, 2.019, 2.023, 2.033, 2.034, 2.040, 2.041, 2.044/2002 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.891/2001 com a Emenda nº 1, 2.031 e 2.086/2002 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 2.035/2002 com a Emenda nº 1, 2.042, 2.046, 2.075, 2.076 e 2.081/2002 (relator: Deputado Agostinho da Silveira); 2.039 e 2.077, estes dois com a Emenda nº 1, 2.067, 2.072/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela); 2.036 e 2.037/2002, ambos com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Aílton Vilela). Submetidos a votação, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam baixadas em diligência os Projetos de Lei nºs 1.495/2001, 2.027, 2.038, 2.065, 2.069, 2.073, 2.082, 2.084 e 2.085/2002 (ao autor); 2.045 e 2.074/2002 (à SEHRA); 2.062/2002 (ao DER-MG); e 2.080/2002 (ao Prefeito Municipal de Carmo do Paranaíba). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2002.

Geraldo Rezende, Presidente - Sebastião Costa - Aílton Vilela - Sávio Souza Cruz - Durval Ângelo.

#### ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial da Prostituição Infantil

Às nove horas do dia trinta de abril de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rogério Correia, Aílton Vilela (substituindo este ao Deputado João Pinto Ribeiro, por indicação da Liderança do PTB) e Luiz Tadeu Leite (substituindo o Deputado Márcio Kangussu, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar Democrático Progressista), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos do Deputado Rogério Correia em que solicita sejam ouvidos, em reunião secreta da Comissão, os Srs. José Ronald Vasconcelos Albergaria, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas, Hélcio Sá Bernardes, Delegado de Polícia Civil de Minas, e três testemunhas, que apresentarão denúncias de agressão e abuso sexual que teriam sofrido; em que solicita a realização de debate público no Plenário da Assembléia, no dia 17/5/2002, como forma de fortalecer as atividades do Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e discutir a formação de um Programa Estadual de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão no Município de Itaobim, para se debater a prostituição infantil no Estado; em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública pedindo cópia dos Inquéritos Policiais nºs 1, 2 e 3/2002, que se encontram na Delegacia de Polícia de Montes Claros; e em que solicita seja enviado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas pedindo cópias dos Inquéritos Policiais nºs 3 e 6/2001, que se encontram na Vara Criminal de Montes Claros. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir, a portas fechadas, os Srs. José Ronald Vasconcelos Albergaria, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas, Hélcio Sá Bernardes, Delegado de Polícia Civil de Minas, e três testemunhas, que apresentam denúncias de agressão e abuso sexual contra crianças e adolescentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2002.

Rogério Correia, Presidente - Elbe Brandão - Paulo Pettersen - Cristiano Canêdo.

#### ATA DA 92ª REUNIÃO Ordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às dez horas e quinze minutos do dia sete de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Edson Rezende e Luiz Menezes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Ronaldo das Dores Valeriano, Presidente da Associação Nova Esperança Beneficente do Brasil, e da Sra. Otília Maria Miranda Afonso, Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, publicados no "Diário do Legislativo" em 25/4/2002 e 26/4/2002, respectivamente; dos Srs. Expedito de Castro Ferreira, Secretário Adjunto de Habitação, e Geraldo Magela da Silva, Presidente da Federação das Cooperativas de Trabalho de Minas Gerais, publicados no "Diário do Legislativo" de 4/5/2002. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.081/2002 (Deputado Edson Rezende); 2.034, 2.037, 2.039 e 2.072/2002 (Deputado Djalma Diniz); e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.891/2001. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, apresentadas em Plenário, ao Projeto de Lei nº 1.926/2001, e pela aprovação da Emenda nº 4, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, ao mesmo projeto (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.815 e 1.887/2001 com emendas da Comissão de Constituição e Justiça que receberam o nº 1; 2.075 e 2.077/2002 (relator: Deputado Edson Rezende); 2.023, 2.036/2002 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 2.044, 2.046 e 2.076/2002 (relator: Deputado Luiz Menezes); 2.040, 2.041, 2.047, 2.052 e 2.086/2002 (relator: Deputado Djalma Diniz); 2.051/2002 (relator: Deputado Paulo Pettersen) e 2.054/2002 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva

passa a Presidência ao Deputado Edson Rezende e apresenta requerimento em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos serviços terceirizados no sistema bancário, especialmente na Caixa Econômica Federal. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Reassumindo a Presidência, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva submete a votação o requerimento do Deputado Edson Rezende em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Nanuques para tratar das questões que afetam os servidores municipais. É aprovado o requerimento. Em seguida, o Presidente submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.676, 1.690, 1.875, 1.884, 1.885, 1.888, 1.902, 1.903, 1.906, 1.908, 1.913 a 1.916, 1.924, 1.927, 1.930, 1.931 e 1.933/2001 e 1.949/2002, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2002.

Edson Rezende, Presidente - Luiz Menezes.

ATA DA 12ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos de Criminosos Organizados, nos Esquemas de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal

Às quinze horas e quinze minutos do dia sete de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Dilzon Melo, Luiz Tadeu Leite, Alberto Bejani e Dinis Pinheiro, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Irani Barbosa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os depoimentos dos Delegados Marco Aurélio dos Anjos e Wilson Luiz Dias Gouveia e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Gudisteu Biber, encaminhando informações solicitadas pela Comissão, as quais foram prestadas pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Barbacena e pelo Juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Governador Valadares; ofício do Juiz de Direito em Cooperação da Vara de Execuções Criminais de Juiz de Fora, Marcelo Alexandre do Valle Thomaz, encaminhando cópia de relatório dos sentenciados que se encontram em livramento condicional, bem como dos que cometeram crimes hediondos, referentes àquela comarca; ofício da Secretária de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, Ângela Pace, encaminhando parte dos documentos solicitados pela Comissão, referentes às cópias de livros de ocorrência dos plantões, relatórios da inspetoria de disciplina, atas das comissões de disciplina e CTC das unidades pertencentes à Superintendência de Atendimento e Reeducação ao Menor Infrator, os quais relaciona; ofício da Juíza das Execuções Criminais da Comarca de Ribeirão das Neves, Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa, encaminhando cópia de cinco processos solicitados pela Comissão, os originais do procedimento administrativo instaurado pela Portaria nº 10/99 e informando que os autos referentes ao sentenciado Walterson de Souza Lima tiveram andamento pela Comarca de Belo Horizonte tanto na fase processual como na fase de execução de pena. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir dois intimados citados. Registra-se a presença do Delegado Marco Aurélio dos Anjos, que procede ao seu depoimento e responde aos questionamentos dos parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas. A seguir, toma assento à mesa o Delegado Wilson Luiz Dias Gouveia, que procede ao seu depoimento e responde a questionamentos dos parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas. A seguir, os Deputados decidem fazer uma acareação entre os dois intimados desta reunião, o que é feito, conforme consta nas notas taquigráficas. Após, o Deputado Dilzon Melo apresenta requerimento solicitando ao Diretor da Cadeia Pública de Ibituripe cópia do livro de ocorrência de plantão daquela cadeia, no período de janeiro de 1999 a janeiro de 2001. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de amanhã, às 10 horas, em Juiz de Fora, conforme o edital já publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Juiz de Fora, 8 de maio de 2002.

Alberto Bejani, Presidente - Irani Barbosa - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 10ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial da Prostituição Infantil

Às nove horas do dia nove de maio de dois mil e dois, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de Carangola os Deputados Rogério Correia, Elbe Brandão, Paulo Pettersen e Cristiano Canêdo (substituindo este ao Deputado João Pinto Ribeiro, por indicação da Liderança do PTB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Pettersen, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação da prostituição infantil no Estado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Paulo Pettersen e Cristiano Canêdo, em que solicitam a realização de audiência pública desta Comissão, no Município de Caratinga, com a finalidade de se debater a situação da prostituição infantil no Estado. Registra-se a presença dos Srs. Clério Knupp, Prefeito Municipal de Carangola; Sebastião da Rocha Carrara, Vice-Prefeito Municipal; Vereador Francisco Carlos Abreu Cabral, 1º-Secretário da Câmara Municipal, representando o Presidente da Câmara; Vereadores Carlos Antônio Candinho, Vice-Presidente da Câmara Municipal; Rosângela Fátima de Freitas, Juíza da Vara da Infância e da Juventude; José Mauro Pereira Lima e Daniele Guimarães Germano Arlé, Promotores de Justiça; José Cirilo, Defensor Público; Major Carlos Augusto de Assis, Comandante do Batalhão da Polícia Militar; Gilberto Nascimento Dantas, Delegado Seccional; Luiz Henrique Ribeiro, Delegado de Polícia; Antônio Luiz Viana, Presidente do Conselho Tutelar; e Maria Angélica Leite, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Rogério Correia, tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados e Deputados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, parlamentares e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2002.

Rogério Correia, Presidente.

ATA DA 99ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia sete de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Geraldo Rezende, Aílton Vilela, Durval Ângelo, Sávio Souza Cruz e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.095, 2.103 e 2.109/2002 (Deputado Agostinho Silveira); 2.105 e 2.106/2002 (Deputado Ermano Batista); 2.102 e 2.050/2002 (Deputado Sávio Souza Cruz, o último em virtude de redistribuição); 2.104/2002 (Deputado Eduardo Hermeto); 2.107 e 2.108/2002 (Deputado Aílton Vilela); 2.101/2002 (Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.043/2002, que teve parecer do relator, Deputado Geraldo Rezende, pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade com a Emenda nº1, é aprovado bem

como a proposta de emenda apresentada pelo Deputado Márcio Kangussu. A nova redação é elaborada pelo Deputado Geraldo Rezende e acatada pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.897/2001 na forma do Substitutivo nº 1 e 2.060/2002, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.762/2001 com a Emenda nº 1; 1.977, 1.982, 1.983, 2.022/2002 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, os quatro últimos em virtude de redistribuição); 1.899, 1.978, 1.979, 1.980/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela); 1.910/2001 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz, em virtude de redistribuição) 2.050/2002 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz) 1.962/2002 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz, em virtude de redistribuição). O Deputado Sávio Souza Cruz procede à leitura do parecer do relator do Projeto de Lei nº 2.028/2002, Deputado Agostinho Silveira, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Projeto de Lei nº 2.025/2002 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, aprovado pela Comissão. O Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.061/2002 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sávio Souza Cruz, em virtude de redistribuição. São aprovados, cada um por sua vez, os requerimentos dos respectivos relatores que solicitam sejam baixados em diligência à Secretaria de Recursos Humanos e Administração os Projetos de Lei nºs 2.091 (relator: Deputado Durval Ângelo), 2.103 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz, em virtude de redistribuição) e 2.108/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela). O Projeto de Lei nº 1.070/2000 foi convertido em diligência ao autor, a requerimento do relator, Deputado Sávio Souza Cruz, em virtude de redistribuição. Neste momento, o Deputado Ermano Batista retira-se do recinto. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.659 e 1.867/2001, 2.038/2002 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz, os dois últimos em virtude de redistribuição); 2.065, 2.088, 2.092 e 2.100/2002, os três últimos com a Emenda nº 1, (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.078 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Durval Ângelo); e 2.094/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.339/2000, 2.101, 2.107/2002, e em diligência ao DER-MG, os Projetos de Lei nºs 1.657/2001 e 2.099/2002. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2002.

Agostinho Silveira, Presidente - Aílton Vilela - Durval Ângelo - Eduardo Hermeto - Sávio Souza Cruz.

#### ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial da Prostituição Infantil

Às dez horas e quinze minutos do dia dez de maio de dois mil e dois, comparece no Plenário da Câmara Municipal de Arinos o Deputado Rogério Correia, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a prostituição infantil no Estado de Minas Gerais e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Jairo Cruz Moreira, Promotor de Justiça da Comarca de Arinos, justificando sua ausência na audiência pública; e do Sr. José Antônio Maciel, Juiz de Direito da Comarca de Arinos, com o mesmo teor. A Presidência registra a presença dos Srs. Antônio Juscelino Carneiro Dias e Hamilton Valadares, Vice-Prefeito e Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal de Arinos, respectivamente; Alcides Nogueira de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Arinos; Sargento PM Gilson Alves Ribeiro, Comandante do Policiamento da PMMG local; Sargento Orbanio Silveira dos Reis, Comandante da Polícia Rodoviária; das Sras. Fátima Regina da Silva Valadares, representante do Juiz de Direito da Comarca de Arinos; Eva Mendes Soares, representante do Promotor de Justiça local; e Fátima Almir Pereira, Presidente do Conselho Tutelar de Arinos, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2002.

Rogério Correia, Presidente - Elbe Brandão - Paulo Pettersen - Márcio Kangussu.

#### ATA DA 86ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas e quinze minutos do dia quinze de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Antônio Carlos Andrada e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir explanação sobre as atividades do Conselho Estadual de Educação e apreciar a matéria constante da pauta. O Deputado José Henrique lê a seguinte correspondência: ofícios de professores estaduais de Estiva, solicitando empenho a fim de que haja reposição salarial e se institua o plano de carreira do magistério; e de professores da Escola Estadual Padre Américo, de Candeias, solicitando apoio a fim de que seja regularizada a data do pagamento dos salários dos educadores. O Presidente informa que designou o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para relatar o Projeto de Lei nº 1.598/2001; o Deputado José Henrique para relatar o Projeto de Lei nº 2.028/2002; o Deputado João Pinto Ribeiro para relatar o Projeto de Lei nº 2.060/2002; o Deputado Antônio Carlos Andrada para relatar o Projeto de Lei nº 2.078/2002; e que avocou a si a relatoria do Projeto de Lei nº 2.088/2002. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na ausência do Deputado João Pinto Ribeiro, relator do Projeto de Lei nº 1.854/2001 no 1º turno, o Presidente redistribui a proposição ao Deputado José Henrique, que solicita o prazo regimental para apresentar seu parecer. O Projeto de Lei nº 1.950/2002 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Presidente, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.959, 2.067 e 2.078/2002 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada), 2.019 e 2.079/2002 (relator: Deputado José Henrique), 2.031/2002 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva), 2.033/2002 (relator: Deputado João Pinto Ribeiro) e 2.088/2002 (relator: Deputado Paulo Piau). Registra-se a presença do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.280, 3.296, 3.330, 3.334 e 3.337/2002. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita sejam formulados votos de congratulações com os estudantes Heloísa Junqueira Barbosa, da Escola Municipal Procópio José Pereira, e Alan Teodoro Sobreiro, Ana Carolina de Paula Cândido, Débora Rodrigues Ferreira e Jéssica Bernardo da Silva, da Escola Municipal Padre Omar Cyrillo, ambas do Município de Ouro Fino, pela classificação no Concurso Nacional de Cartazes da Secretaria Nacional Antidrogas; e com o Colégio Armstrong, de Campo Belo, pelos seus 89 anos de criação; e Paulo Piau, em que pede seja solicitada ao Secretário da Educação a liberação do trabalho do Movimento Estudantil Nacional Unificado nas escolas públicas estaduais. A seguir, submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.682/2001, 1.973, 1.994 e 2.011/2002. O Presidente destina esta parte da reunião a ouvir explanação sobre o Conselho Estadual de Educação e registra a presença do Presidente desse órgão, Pe. Lázaro de Assis Pinto, a quem convida a tomar assento à mesa, e dos Srs. José Januzzi e Adair Ribeiro, membros desse Conselho; e José Guerra Lages, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais. O Presidente concede a palavra ao Deputado Antônio Carlos Andrada, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais, assim como ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a realizar-se hoje, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 15 de maio de 2002.

Paulo Piau, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Dalmo Ribeiro Silva - José Henrique.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 94ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 21/5/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.449/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.896/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.891/2001, do Deputado Bené Guedes; 2.034/2002, do Deputado João Leite; 2.037/2002, do Deputado Márcio Kangussu; 2.038/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.039/2002, do Deputado Paulo Pettersen; 2.081/2002, do Deputado Antônio Andrade; 2.092/2002, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.094/2002, do Deputado Mauri Torres; 2.100/2002, do Deputado Dinis Pinheiro.

Requerimentos nºs 3.333/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.338/2002, da Deputada Elaine Matozinhos.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e debater, em audiência pública, a situação dos serviços terceirizados no sistema bancário, especialmente na Caixa Econômica Federal.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da CPI das Carvoarias, a realizar-se às 9h30min do dia 21/5/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da CPI dos Cartórios, a realizar-se às 14h30min do dia 21/5/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário de Estado da Fazenda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 91ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 22/5/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realizar audiência pública com a finalidade de debater a clonagem de cartões bancários e as eventuais ações que possam ser empreendidas com o objetivo de proteger os consumidores.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 84ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 22/5/2002

## 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.331/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.336/2002, do Deputado Bené Guedes.

Realização de audiência pública com a finalidade de debater a regulamentação da Lei nº 14.132, de 20/12/2001, que torna obrigatória a inclusão do café na merenda escolar e determina a promoção institucional do produto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da Comissão Especial da Prostituição Infantil, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2002

## 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: audiência pública, na Casa da Juventude em Itaobim, com a finalidade de debater a situação da prostituição infantil no Estado.

Convidados: Srs. José Alves de Oliveira, Prefeito Municipal de Itaobim; Cyntia Maria, Promotora de Justiça da Comarca de Medina; Ademir Versiane Lial, Padre da Paróquia de Itaobim; Ralf Fabiano Faria, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jequitinhonha; Eugênio Costa Mimoso, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaobim; João Soares da Silva Júnior, Secretário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaobim; Cláudia Aparecida de Oliveira, Presidente do Portal Alvorada de Itaobim.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 20/5/2002, destinada à realização do Seminário Regional Violência Urbana e Saúde Pública.

Palácio da Inconfidência, 17 de maio de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 20/5/2002, destinada a homenagear o Colégio Magnum.

Palácio da Inconfidência, 17 de maio de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Lista de Assinantes

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Agostinho Silveira, Arlen Santiago e Eduardo Hermeto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/5/2002, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Ambrósio Pinto, Márcio Cunha e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/5/2002, às 14h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2002.

Maria Olívia, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Lista de Assinantes

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Agostinho Silveira, Arlen Santiago e Eduardo Hermeto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/5/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Luiz Guilherme Schymura e Marcos Bafutto, Presidente e Superintendente, respectivamente, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL -, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Prostituição Infantil

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elbe Brandão, os Deputados João Pinto Ribeiro, Márcio Kangussu e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2002, às 10 horas, na Câmara Municipal de Timóteo, com a finalidade de se debater a prostituição infantil no Estado com a presença dos seguintes convocados: Srs. Juscelino José de Magalhães, Juiz da Vara da Infância e da Juventude; Umberto de Almeida Bizzo, Promotor da Vara da Infância e da Juventude; Paulo Bettoni, Delegado Regional da Delegacia da Comarca de Ipatinga; Nivaldo Antônio da Conceição, Delegado Titular da Delegacia da Comarca de Timóteo; Hudson Roberto Lino, do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente do Leste de Minas, e José Pedro Torres, Presidente do Conselho Tutelar da Criança e da Adolescência; Maria das Graças Brandão Mol, Vice-Presidente do Conselho Tutelar da Criança e da Adolescência; Willian Pacheco, Conselheiro do Conselho Tutelar de Ipatinga e representante da Comunidade Pastoral - COPAT.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2002.

Rogério Correia, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 50/2002

#### Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

##### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002 organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência, dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes da carreira de Defensor Público e dá outras providências.

Distribuída preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, a proposição recebeu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 a 9, dessa Comissão. A seguir, o projeto foi apreciado pela Comissão de Administração Pública, que opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1. As Emendas nºs 1 a 9 foram encampadas pelo Substitutivo nº 1, sendo, portanto, consideradas prejudicadas.

O projeto vem agora a esta Comissão, para receber parecer quanto aos aspectos financeiros e orçamentários, em conformidade com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

Segundo previsão constante no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República, cabe ao Estado garantir a todo cidadão brasileiro assistência jurídica integral e gratuita, desde que comprove insuficiência de recursos. A disposição constitui garantia fundamental, baseada na premissa de que todo e qualquer cidadão possui o direito de acesso à justiça, ainda que não tenha condições financeiras para tanto. Dessa forma, a Constituição procura superar a desigualdade de condições materiais entre litigantes, que causa profunda injustiça àqueles que, defrontando-se com litigantes poderosos, ficam na impossibilidade de exercer seu direito de ação e de defesa.

Desse modo, a igualdade perante a justiça encontra-se assegurada pela Constituição brasileira, que, em seu art. 134, determina, para efetivação desse direito, a criação das Defensorias Públicas Estaduais, na forma prescrita por lei complementar federal. Atendendo ao comando constitucional, foi editada a Lei Complementar nº 80, de 12/1/94, que organizou a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e estabeleceu normas gerais para sua organização nos Estados.

Essa lei complementar normalizou a carreira da Defensoria Pública em cargos providos, na classe inicial, por concurso público de provas e títulos e assegurou ao órgão e a seus integrantes a independência política. Esta é garantida pela estabilidade funcional, pela inamovibilidade e pela irredutibilidade de seus vencimentos, providência necessária, uma vez que freqüentemente é contra o próprio poder público que o hipossuficiente deve postular o seu direito.

Além disso, a referida lei, em seu art.142, determinou aos Estados o prazo de 180 dias a contar de sua publicação para a adaptação de suas Defensorias Públicas às regras nela constantes. Entretanto, decorrida mais de uma década da promulgação da Carta Magna e desde há muito vencido o prazo dado aos Estados, ainda não se efetivou, em Minas Gerais, a reorganização da Defensoria Pública nos moldes exigidos pela legislação federal. É exatamente essa lacuna que o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002 visa suprir.

Levando em conta a precária situação financeira do Estado, a Comissão de Administração Pública procurou, prudentemente, evitar a criação de despesas em seu substitutivo, seguindo a orientação já contida no projeto original do Governo. Além disso, a Comissão enfrentou o dever constitucional imposto ao poder público de garantir o pleno acesso dos cidadãos à justiça, estendendo os serviços do órgão a todas as comarcas do Estado. Procurou-se, no entanto, por meio da implantação gradual da nova estrutura da Defensoria, evitar a sobrecarga dos cofres públicos. Note-se ainda que a aplicação da nova lei poderá, além disso, diminuir paulatinamente as despesas do Tesouro com a remuneração dos serviços do advogado dativo, medida supletiva prevista no art. 272 da Constituição mineira, destinada a garantir aos pobres o patrocínio, tanto para o ingresso em juízo, quanto para sua defesa, quando se virem na condição de réus.

No entanto, devemos apresentar algumas alterações ao substitutivo, visando a seu aprimoramento, acentuando seu caráter gradualista e facilitando sua implementação. Em primeiro lugar, propomos, com a Emenda nº 10, a modificação da redação do art. 238, de modo a autorizar o Executivo a abrir crédito especial destinado à execução orçamentária da nova unidade administrativa. A providência se mostra necessária em razão de ter sido a Defensoria separada da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, o que altera a classificação institucional das dotações previstas. Limitamos o crédito ao estabelecido no orçamento em vigor para as atividades da Defensoria, por acreditar que essas dotações são suficientes para a implementação da lei, neste ano.

O projeto prevê um quadro com 1.300 cargos na carreira de Defensor Público, estabelecendo ainda, no art. 224, que o Governador encaminhará projeto de lei criando cargos à proporção que forem sendo instaladas novas comarcas no Estado. Propomos a alteração do art. 76, por meio da Emenda nº 11, para condicionar o provimento dos cargos ao preenchimento das condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000. A alteração visa ainda permitir a correção do anexo da lei, prevista na Emenda nº 12, no que diz respeito à distribuição dos cargos nos níveis da carreira, uma vez que os Defensores Substitutos ocupam, na verdade, o cargo de Defensor Público de 1ª Classe.

A Emenda nº 13 pretende viabilizar a remuneração imediata dos cargos criados para a direção da Defensoria, estabelecendo gratificação pelo desempenho dessa função, até que seja adotado o sistema de pagamento por meio de subsídio, previsto no art. 114. A Emenda nº 14 procura dotar a Defensoria de uma estrutura administrativa mínima que permita a continuidade dos serviços hoje prestados e a execução das novas atribuições advindas da autonomia do órgão, até que o Governador remeta à Assembléia o projeto previsto nos arts. 64 e 225. Explicitamos, ainda, por meio da Emenda nº 15, a extinção de cargos existentes na estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que compensa em parte as despesas decorrentes da nova estrutura. Notamos que as novas despesas decorrentes do Projeto de Lei Complementar nº 50, com as emendas que apresentamos, resultam em um acréscimo de pouco mais que R\$10.000,00 por mês nas despesas do Erário.

Finalmente, propomos as Emendas nºs 16 e 17. A primeira se destina a garantir a continuidade do atual sistema de remuneração dos Defensores Públicos até a adoção do sistema de subsídios, sem aumento de despesas. A segunda pretende permitir, durante o período de transição entre os sistemas de remuneração dos Defensores, o exercício provisório da advocacia.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 50/2002 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 10 a 17, que apresentamos, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 9.

#### EMENDA Nº 10

Dê-se ao art. 238 a seguinte redação:

"Art. 238 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o limite de R\$ 21.158.536,00 (vinte e um milhões cento e cinquenta e oito mil quinhentos e trinta e seis reais), para atender às despesas resultantes da execução desta lei, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964."

#### EMENDA Nº 11

Dê-se ao art. 76 a seguinte redação:

"Art. 76 - O quadro da carreira de Defensor Público Estadual é integrado pelos cargos relacionados no Anexo I desta lei complementar.

Parágrafo único - O provimento dos cargos previstos no "caput" fica condicionado ao preenchimento das condições previstas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000."

#### EMENDA Nº 12

Dê-se ao Anexo do Projeto de Lei Complementar nº 50/2002 a seguinte redação:

"Anexo I

Quadro de Cargos da Carreira de Defensor Público Estadual - Quantitativo e Distribuição por Classes

(de que trata o art. 76 da Lei Complementar nº , de de de 2002)

Classe	Nº de cargos
Defensor Público de Classe Especial	200

Defensor Público de 2ª Classe	300
Defensor Público de 1ª Classe	800"

EMENDA Nº 13

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo e respectivo anexo:

"Art. .... - Até a fixação dos subsídios previstos no art. 114 desta lei, fica concedida aos Defensores Públicos Estaduais ocupantes dos cargos de Defensor Público-Geral, Sub-Defensor Público-Geral, Corregedor-Geral, Sub-Corregedor-Geral e Diretor-Geral, criados nessa lei, gratificação calculada sobre a remuneração da classe de Defensor Público de Classe Especial da Carreira de Defensor Público Estadual, nos percentuais previstos no Anexo II desta lei."

"Anexo II

Quadro de Cargos Especiais de Direção Superior da Defensoria Pública

(de que trata o art. .... da Lei Complementar nº , de de de 2002)

Nome do Cargo	Nº de Cargos	Percentual para cálculo da gratificação
Defensor Público-Geral	01	40%
Sub-Defensor Público-Geral	02	35%
Corregedor-Geral	01	35%
Sub-Corregedor-Geral	05	30%
Diretor-Geral	01	30%"

EMENDA Nº 14

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo e respectivo anexo:

"Art. .... - Ficam criados os cargos constantes no Anexo III desta lei, que compõem o Quadro de Cargos em Comissão da Estrutura Básica do Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Apoio Técnico e Administrativo da Defensoria Pública, até que seja implementada a lei prevista nos arts. 64 e 225 desta lei."

"Anexo III

Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Apoio Técnico e Administrativo da Defensoria Pública

Quadro de Cargos em Comissão da Estrutura Básica

(de que trata o art. .... da Lei Complementar nº , de de de 2002)

Denominação da Classe	Código do Cargo	Símbolo	Quantidade
Assessor-Chefe	MG-24		2
Auditor Setorial	MG-45		1
Diretor II	MG-05		2"

EMENDA Nº 15

Acrescente-se onde convier:

"Art. .... - Ficam extintos, no Quadro Especial de Pessoal de Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos, os cargos de Procurador-Chefe da Defensoria Pública, Diretor da Defensoria Pública Metropolitana e Diretor da Defensoria Pública do Interior.".

#### EMENDA Nº 16

Dê-se ao art. 235 a seguinte redação:

"Art. 235 - Até que sejam fixados os subsídios de que trata o art. 114, ficam asseguradas as parcelas remuneratórias dos Defensores Públicos em vigor, constituídas por vencimento básico, observada a diferença de 10% (dez por cento) de uma para outra classe da carreira, verba de representação de 100% (cem por cento) e adicional de atividade específica de 120% (cento e vinte por cento), bem como os direitos e vantagens existentes, decorrentes da Constituição do Estado de Minas Gerais e da legislação esparsa, sem prejuízo de reajustes ulteriores e da revisão geral anual da remuneração do servidor público, respeitado o disposto no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição da República.".

#### EMENDA Nº 17

Dê-se ao art. 228 a seguinte redação:

"Art. 228 - Aos membros da Defensoria Pública em exercício quando da publicação desta lei complementar não se aplica a proibição prevista no art. 168, inciso I, até a fixação dos subsídios previstos no art. 114.".

Sala das Comissões, 15 de maio de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Antônio Carlos Andrada - Rêmoló Aloise - Luiz Fernando Faria.

### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 16/5/2002, as seguintes comunicações:

Do Deputado Dimas Rodrigues, notificando o falecimento da Sra. Rosalina Miranda dos Santos, ocorrido em 10/5/2002, em Pirapora. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Bilac Pinto, notificando o falecimento do Sr. Beni Pereira, ocorrido em 9/5/2002, em Itamonte. (- Ciente. Oficie-se.)

Da Deputada Elaine Matozinhos, notificando o falecimento da Sra. Carmen Michel da Silva, ocorrido em 6/5/2002, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/5/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nºs 2.148, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira

nomeando Robney Serafim Cardoso para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Sandra Christina Valadares Farah para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.195, de 4/7/2000, assinou os seguintes atos:

nomeando Marcelo de Almeida e Silva para o cargo de Procurador, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Marina Rocha Cavalcanti Barros para o cargo de Procurador, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Joel Cesar Neto para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Analista de Sistema - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Isabela Cruz Moreira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Analista de Sistema - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Humberto Massa Guimarães para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Analista de Sistema - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Daniel Birchal Braga para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Analista de Sistema - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 4º lugar em concurso público;

nomeando Marcelo Caldeira Ruback para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Analista de Sistema - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público;

nomeando Frederico Gomes Jabbur para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Analista de Sistema - Área II - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Miriam Cristina Emery Pereira Quites para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Bibliotecário, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Rosilda Angélica Meira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Bibliotecário, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Eliana Nunes Cunha para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Bibliotecário, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Nilson Vidal Prata para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Bibliotecário, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 4º lugar em concurso público;

nomeando Marília Faria Alves para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Bibliotecário, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público;

nomeando Carlos José de Campos Máximo para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 7º lugar em concurso público;

nomeando Adriana Freitas Gomes para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 8º lugar em concurso público;

nomeando Karina Assad Mazzeiro para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 9º lugar em concurso público;

nomeando Raquel Furtado para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 10º lugar em concurso público;

nomeando Raquel Mansur de Godoy para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área II - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Daniela Santiago Mendes para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área II - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Luisa de Marilac Luna para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área II - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Angela Beatriz Costa Camara para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área III - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando André Naves Alves para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área III - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Vladimir Drumond Pinto para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área VI - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Cláudia Alves Martins Castanheira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área VI - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Antônio Barbosa da Silveira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 7º lugar em concurso público;

nomeando Sérgio Cantini Nunes para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 8º lugar em concurso público;

nomeando Paola Costa Cruz Marques para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 9º lugar em concurso público;

nomeando Ana Paula Barros Chaves para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 10º lugar em concurso público;

nomeando Marcelo Fonseca Ribeiro de Castro para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 11º lugar em concurso público;

nomeando Arilma da Silva Peixoto para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 12º lugar em concurso público;

nomeando Christiana Barros Machado para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 13º lugar em concurso público;

nomeando Cléia Aurora Praes para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 14º lugar em concurso público;

nomeando Larissa de Freitas Faria para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 15º lugar em concurso público;

nomeando Edelves Medeiros Correa da Cunha para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 16º lugar em concurso público;

nomeando Thaís Maria Siqueira de Carvalho para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 7º lugar em concurso público;

nomeando Deborah Maria Michielini de Larroquet para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 8º lugar em concurso público;

nomeando Amarildo Rodrigues de Oliveira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 9º lugar em concurso público;

nomeando Márcia de Paiva Ferreira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 10º lugar em concurso público;

nomeando Doralice de Sousa Lima para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 11º lugar em concurso público;

nomeando Tânia Quintão de Lima para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 12º lugar em concurso público.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2002

CONVITE Nº 15/2002

Objeto: aquisição de 50 lâmpadas. Licitante vencedora: Comercial Mundial Ltda. (subitem 1.2).

Em 17/5/2002, o Presidente e o 1º-Secretário anularam, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o subitem 1.1 do objeto do convite em referência.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2002.

Gilberto Dias de Souza (Gerência de Suprimentos).

#### ERRATA

ATA DA 356ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 15/5/2002

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/5/2002, na pág. 17, col. 3, sob o título "REQUERIMENTOS", no Requerimento nº 3.345/2002, onde se lê:

"do Deputado José Milton", leia-se:

"da Comissão de Meio Ambiente".